1290000549
IE
TCC/UNICAMP Si38c

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE C/

INSTITUTO DE ECONOMIA

O COMPORTAMENTO DO CRÉDITO RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO NOS ANOS 80

O CASO DO MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE

Fábio José Pereira da Silva

Trabalho de conclusão do curso de Economia do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Professor Pedro Ramos

Campinas, julho de 1999

TCC/UNICAMP
Si38c
IE/549

CEDOC/IE

Agradecimentos:

Aos meus amigos que sempre me apoiaram, em especial ao João Marcelo que atualmente está em Londres aprendendo o idioma espanhol.

À minha família, com quem pude contar em todos os momentos da minha vida.

À Flávia, que me acompanha há tempos.

Aos Professores Bastiaan P. Reydon e Pedro Ramos, pela atenção a mim dedicada.

Sumário

I - Resumo.....04

1. Introdução.....06

2. O Comportamento do Crédito Rural na Década de 80.....09

2.1 As Políticas Econômicas e o Crédito Rural nos Anos 80.....13

2.2. O Crédito Rural e os Principais Produtos da Agricultura Paulista.....25

3. O município de São Roque: aspectos geográficos, históricos, econômicos e sociais.....30

3.1. Localização.....31

3.2. A História do Município de São Roque.....32

3.3. Histórico da produção agrícola do Município de São Roque.....36

3.4. Órgãos responsáveis pela coordenação e desenvolvimento da produção local.....40

3.5. A Agropecuária no Município de São Roque.....41

4. Considerações sobre o comportamento do agricultor no município de São Roque durante os anos oitenta.....46

4.1. Análise dos Dados Coletados.....47

4.2. Conclusões a respeito do comportamento do agricultor do município de São Roque durante os anos oitenta.....49

Apêndice 1: A Agricultura Brasileira no Contexto Atual.....52

Apêndice 2: O Futuro das Políticas Agrícolas.....53

Anexo 1 O estudo do caso do município de São Roque frente a queda de subsídios para o crédito Rural ocorrido durante os anos oitenta.....56

Anexo 2. Entrevista com o Presidente do Sindicato Rural de São Roque.....70

Anexo 3. Entrevista com o Gerente do Banco do Brasil de São Roque.....72

6. Referências Bibliográficas.....75

Resumo

O presente trabalho se divide em dois blocos distintos.

O primeiro trata das mudanças na política de Crédito Rural ocorridas no início dos anos oitenta, uma vez que o padrão adotado até a década anterior tinha se tornado insustentável, uma vez que era paradoxal à política fiscal recessiva que o Brasil se viu obrigado a adotar com a crise do padrão de financiamento do setor público, gestada a partir de 1973 com o primeiro choque do petróleo e a elevação das taxas de juros internacional e encontrou seu auge no Brasil durante os anos 80. O segundo choque do petróleo em 1979 aprofundou a crise financeira do setor público, que culminou, em 1982, com o rompimento do padrão de financiamento da economia brasileira, como conseqüência da crise do mercado voluntário de crédito para os países em desenvolvimento e da política de ajustamento econômico levada a cabo pelo Estado. Dessa forma, o setor agrícola que até o período anterior recebia privilégios creditícios em forma de subsídios, deixou de contar com essa política de incentivos e se viu obrigado a se adaptar a nova situação. Uma das saídas encontradas pelo produtor frente a queda das linhas de crédito subsidiadas foi o recurso do autofinanciamento.

Nesse momento entra o segundo bloco desse trabalho que analisa se a saída encontrada pelos agricultores do município de São Roque acompanhou a do restante dos agricultores brasileiros. Para tanto, foi realizado um trabalho de levantamento de informações visando contribuir para a compreensão da problemática tratada, que consistiu numa entrevista com uma amostra de 2% dos produtores locais, além de uma entrevista com o Presidente do Sindicato Rural do Município de São Roque e com o Gerente do Banco do Brasil do município de São Roque , visando esclarecer tal assunto.

Finalmente é feita uma conclusão sobre esse estudo, juntamente com um complemento mostrando saídas para o futuro das políticas agrícolas.

Capítulo 1

Introdução

1. Introdução

Com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, surgiu um amparo creditício regular que tinha por objetivo incentivar a utilização dos chamados "insumos modernos" e aumentar a produção e a produtividade, tornando os produtos brasileiros mais competitivos no mercado internacional, além de fornecer, ao setor agrícola, melhores condições que no mercado financeiro, como facilidade de acesso ao crédito, taxas de juros favorecidas e prazos maiores. (Masuquetti, 1989, p. 3)

Os recursos necessários à sua execução eram provenientes de:

a)fundos ligados ao setor rural;

b) valores relativos às isenções de recolhimentos;

c) recursos próprios dos integrantes do sistema de crédito rural;

d) valores recolhidos ao Banco Central (BACEN) pelo sistema bancário (recolhimento compulsório);

e) bônus de crédito rural, hipotecário ou títulos semelhantes emitidos por integrantes governamentais do sistema;

f) produtos de multas;

g) resultado de operações de financiamento do setor; e

h) recursos de origem externa.

Entretanto, o crédito rural era sustentado basicamente pelas aplicações compulsórias dos bancos comerciais e pelos recursos provenientes das Autoridades Monetárias.

Esse padrão de financiamento foi criado num período onde o equilíbrio fiscal não era prioridade para o Governo. As ações governamentais objetivavam

integrar a agricultura ao processo de modernização presente na economia, através do fornecimento de um crédito barato e abundante.

Com as altas taxas de inflação a partir de 1974, o crédito, caracterizado por subsídios implícitos, passou a representar um gasto excessivo ao Governo. Em função da política de estabilização econômica, que procurava conter o déficit público e a inflação, o crédito subsidiado passou a ser combatido, ocorrendo em 1987 a sua extinção através da aplicação de correção monetária integral sobre os saldos devedores, acrescida de juros reais variáveis. (Buainain e Rezende, 1995, p. 35)

Com a diminuição do volume de recursos e com as altas taxas de juros, observou-se uma redução na quantidade de produtores rurais que utilizavam o crédito rural, restando apenas os grandes produtores que tinham condições de arcar com os custos elevados, havendo, nesse período, uma maior participação de recursos próprios no financiamento da produção. Mesmo com o fim de uma assistência creditícia barata e abundante, a agricultura conseguiu manter e até aumentar a produção, pois estavam sendo colhidos os frutos do investimento em tecnologia e na infra-estrutura, realizados durante o processo de modernização da agricultura brasileira.

Na segunda metade dos anos oitenta, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) tornou-se o principal instrumento de política agrícola, passando a ter um caráter mais ativo e atuando de forma a garantir o nível de preços recebidos pelos produtores e o crédito para a comercialização dos produtos. A PGPM teve sua origem em 1943, com a criação da Comissão de Financiamento da Produção (CFP), órgão governamental criado com o propósito de definir e dirigir a política de preços mínimos para a agricultura. Os recursos

para a execução dessa política eram oriundos de um fundo formado através das operações realizadas pela própria CFP. (Masuquetti, 1989, p. 5)

As principais alterações que ocorreram na Política de Crédito Rural e na Política de Garantia de Preços Mínimos durante a década de oitenta (como poderemos observar com maior profundidade nos capítulos seguintes) podem ser vistas a seguir:

a) limitação do volume de crédito rural;
b) ampliação dos limites das aplicações dos bancos em crédito rural;
c) alteração dos encargos financeiros;
d) criação do Valor Básico de Custeio (VBC);
e) estabelecimento de Preços-Base; e
f) criação do preço de intervenção, entre outros.

Por fim, nos anos 90, com a crise fiscal existente no país entraram em cena novas formas de financiamento, como o sistema de equivalência em produto, as operações nos mercados futuros, o Certificado de Mercadoria, a Cédula de Produto Rural, entre outros, havendo uma gradual substituição das antigas fontes de recursos baseadas no Tesouro Nacional e nas exigibilidades bancárias para as novas fontes apoiadas no setor privado e em iniciativas dos governos estaduais e municipais. (Masuquetti, 1989, p. 7)

Capítulo 2

O Comportamento do Crédito Rural na Década de 1980

2. O Comportamento do Crédito Rural na Década de 80

Durante a década de 80 a agricultura brasileira cresceu a uma taxa anual de 3,2%. Esse crescimento, apesar de ter sido inferior aos 5,6 % de crescimento anual registrado durante a década de 70, foi visto como notável por grande parte dos analistas, uma vez que durante os anos 80, o Brasil passou por uma fase de desaceleração acentuada no seu crescimento econômico. (Buainain e Rezende, 1995, p. 20)

A agricultura não apresentou uma regularidade no seu crescimento durante os anos 80. Analisando ano a ano os resultados da agricultura, verificam-se flutuações significativas no nível de produção, apresentando quedas significativas num período e recuperações virtuosas no período posterior.

Partindo de uma análise dos dados de compra de insumos, assim como da compra de máquinas novas e outros bens de capital fixo, nota-se que as mudanças nos níveis de produção ocorreram em sincronia com os períodos de estagnação e crescimento da economia, ou seja, as decisões dos produtores de ampliar ou reduzir a produção, acompanharam as oscilações do desempenho econômico brasileiro durante a década de 80, década esta, caracterizada pela desaceleração profunda da economia do país e pela deterioração global do quadro macroeconômico. (Buainain e Rezende, 1995, p. 21)

O Governo atuou no sentido de promover a entrada dos produtores rurais no mercado financeiro, fato que desempenhou um papel contraditório, uma vez que as mudanças ocorridas na política de crédito rural fizeram com que o produtor rural reduzisse os empréstimos e, supostamente, passasse a utilizar o recurso do autofinanciamento. Por este motivo, a decisão de produção e

investimento dos produtores rurais passou a depender muito mais da condição financeira do produtor e da disponibilidade e custo do crédito rural. Outro fator que também exerceu influência na decisão de investir do produtor rural foi a relação inversa que se estabeleceu entre as aplicações financeiras em títulos públicos e a retenção de estoques de *commodities*, que ampliou a instabilidade dos preços e a renda agrícola. Por outro lado, o grupo de produtores com maior liquidez pode ter-se beneficiado das aplicações financeiras disponíveis no mercado interno, compensando parcialmente a queda da renda líquida agrícola com ganhos financeiros. Isto faz com que os autores Buainaim e Rezende levantem a hipótese (que tentarei demonstrar empiricamente no caso dos produtores do município de São Roque) de que os médios e grande produtores, ao venderem parte da safra a preços baixos e aplicarem no mercado financeiro, podem ter compensado a baixa renda obtida com a venda da produção.

A tabela abaixo mostra o valor dos empréstimos de crédito rural por uso, entre 1980 e 1989:

Tabela 1 - Brasil: Valor dos Empréstimos do Crédito Rural por Uso (US$ Bilhões)

ANO	CRÉDITO OPERACIONAL	INVESTIMENTO	COMERCIALIZAÇÃO	TOTAL	TX. REAL JUROS
1980	14,5	4,8	6,3	25,6	-37,7
1981	13	3,4	5,8	22,2	-27
1982	13,8	2,8	4,9	21,5	-28,7
1983	10,1	2,7	3,4	16,2	-23,4
1984	7	1,2	1,7	9,9	-5,1
1985	10,1	1,8	2,3	14,2	-2,3
1986	11,8	6,8	2,5	21,1	-33,3
1987	11,7	2,8	2,1	16,6	7
1988	8	1,9	1,9	11,7	7
1989	8,6	1,1	1	10,7	7
1990	4,6	0,7	0,9	6,1	9,0

Fonte: Buainain e Rezende, 1995, p. 35

Analisando a tabela 1 podemos observar desde o início da década de oitenta uma gradual redução dos subsídios do crédito rural, até chegarmos no ano de 1987 onde, pela primeira vez desde a criação do SNCR, apresenta-se taxa real de juros positiva (ou seja, sem subsídio). Isso causou um aumento do crédito rural concedido pelos bancos privados. Mesmo assim o Banco do Brasil continuou a ser o principal agente financiador do setor rural como podemos observar na tabela abaixo.

Tabela 2 - Empréstimos do Sistema Financeiro no Brasil : Crédito Rural (1982/ 1990)[1]

Anos	Sistema Financeiro	Banco do Brasil		Bancos Comerciais	
	V. Const. (1)	V. Const. (2)	(2/1)	V. Const. (3)	(3/1)
1982	26.276	20.426	77,74%	5.850	22,26%
1983	19.837	13.291	67,00%	6.546	33,00%
1984	12.116	7.502	61,92%	4.614	38,08%
1985	17.276	12.342	71,44%	4.934	28,56%
1986	25.765	20.219	78,47%	5.545	21,52%
1987	20.310	16.021	78,88%	4.289	21,12%
1988	14.332	9.212	64,28%	5.120	35,72%
1989	13.039	8.750	67,11%	4.289	32,89%
1990	7.477	5.965	79,78%	1.512	20,22%

Obs.: A preços de 1969 (IGP-DI)

Fonte: Carvalho, 1994, p. 313

[1]Os dados percentuais são calculados considerando-se apenas o Banco do Brasil e os Bancos Comerciais.

2.1 As Políticas Econômicas e o Crédito Rural nos Anos 80

O item 2.1 tem como objetivo descrever o impacto do comportamento da política de crédito rural do início dos anos 80 até o final da década.

A crise do padrão de financiamento do setor público, gestada a partir de 1973 com o primeiro choque do petróleo e a elevação das taxas de juros internacional encontrou seu auge no Brasil durante os anos 80. O segundo choque do petróleo em 1979 aprofundou a crise financeira do setor público, que culminou, em 1982, com o rompimento do padrão de financiamento da economia brasileira, como conseqüência da crise do mercado voluntário de crédito para os países em desenvolvimento e da política de ajustamento econômico levada a cabo pelo Estado (Carvalho, 1994, p. 55).

Essa crise levou o governo a implantar um ajuste macroeconômico que tinha características recessivas, com medidas emergenciais e de curto prazo, como forma de ganhar tempo na expectativa de normalização do mercado financeiro mundial. A conseqüência imediata dessa crise pôde ser sentida pelo setor agrícola na forma de uma crise do financiamento rural. Ocorreu uma retração do volume dos recursos, um aumento das taxas de juros e uma mudança nas regras do financiamento rural. Portanto, parte do tratamento diferenciado que a agricultura dispunha foi abandonado.

"No ano de 1980, o governo adota diversas medidas visando alterar o padrão de desenvolvimento rural que o Brasil até então adotara. As principais medidas adotadas foram:

- A diminuição do crédito de uma maneira geral;

- Um melhor controle dos meios de pagamentos;
- Uma tentativa de eliminação dos subsídios creditícios e
- Um aumento das taxas de juros nominais.

Estas medidas visavam, dentre outras: manter elevada a participação dos pequenos e médios produtores; viabilizar o aproveitamento de serviços da vasta rede de agências dos bancos incorporados ao SNCR e reduzir a excessiva pressão sobre as fontes de crédito rural com o objetivo de melhorar as condições de administração do orçamento monetário." (Santos, 1995, p. 6)

Apesar de adotar uma política fiscal contracionista de gastos, a redução do déficit público não foi suficiente para reverter a crise de financiamento do setor público. Isso fez com que o governo adotasse uma política de financiamento do déficit baseada na emissão de títulos da dívida pública, a partir de 1981. Basta ver que em 1980 esses títulos representavam apenas 19,5% dos haveres financeiros em poder do público, já no final da década esta participação chegava a 50%. (Santos, 1995, p. 7)

A crise financeira da agricultura se agravou com o ajuste macroeconômico implantado no país. Isto porque, das fontes institucionais do crédito rural, grande parcela dos recursos oficiais do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), provinha do setor público que via cada vez menor sua capacidade de gerar recursos não inflacionários, através de *superávits* fiscais, para assim atender a crescente demanda dos seus gastos e em particular para o SNCR. O impacto dessa crise financeira do setor rural, agravada com a retirada gradual dos subsídios rurais e a elevação da taxa de juros, se fez sentir através da queda da demanda por tratores e por insumos agroquímicos. (Carvalho, 1994, p.217)

Em 1982 ocorreu uma queda drástica do fluxo voluntário de recursos para os países em desenvolvimento, devido, principalmente à ruptura do padrão de financiamento e aos choques do petróleo ocorridos na década anterior. No Brasil, isto significou além da redução dos recursos externos, uma redução do volume de recursos do governo e um aumento da inflação. Para a agricultura isso representou uma diminuição das fontes compulsórias e uma conseqüente contração do volume de recursos destinados ao crédito rural. (Santos, 1995, p. 8)

"A política de crédito rural em 1983, continuou sendo influenciada pela política monetária restritiva que buscava reduzir os subsídios rurais , visando uma política de preços mais realista, alterar a estrutura das taxas de juros e diminuir ainda mais a participação das AM nos financiamentos rurais. Neste ano buscou-se redirecionar os recursos do crédito rural para os empréstimos de investimento, buscando elevar a produtividade agrícola através da melhora tecnológica" (Carvalho, 1994, p.181).

O governo através de uma política de retirada gradual dos subsídios e de aplicação seletiva, buscou regular o mercado de crédito rural. Na prática, o redirecionamento da política agrícola, atuando pelo lado da oferta, buscou realizar a transição de uma política de crédito rural com altos subsídios praticada durante vários anos para uma outra mais seletiva e com menos subsídios, visando superar as dificuldades impostas pela crise do financiamento, sem causar grande prejuízos para o setor agrícola. Com isso o governo forçou a elevação da capacidade de autofinanciamento, principalmente dos grandes tomadores de crédito rural. Por outro lado, a elevação das taxas de juros real, ao nível do mercado financeiro, não só incorporou o mercado específico de crédito rural ao mercado de crédito geral, como ampliou a capacidade potencial do sistema bancário de efetuar empréstimos rurais.

No entanto, a redução do crédito oficial não foi substituída na dimensão esperada por financiamentos da rede bancária privada que se manteve distante atendendo os setores agro-industriais e exportadores mais dinâmicos. Isso pode ser explicado também, pelo autofinanciamento e pelo fato dos custos dos empréstimos terem se aproximado dos custos vigentes no mercado financeiro. Com a crise do setor público, com uma redução das receitas tributárias e expectativas de hiperinflação, o governo se viu obrigado a recorrer às fontes inflacionárias de recursos através de emissão de moedas e pela venda de títulos da dívida pública no mercado financeiro.

A partir desse momento, a política de racionamento do crédito rural é substituída por um racionamento indireto, ou seja, através da manipulação das taxas de juros. Porém, para compensar a concentração do crédito rural nas regiões centrais (entenda-se como as regiões mais desenvolvidas em termos econômicos, como a região Sul e Sudeste) que prevaleceu durante a década de 70, o governo passou a favorecer , com linhas de créditos especiais, as regiões periféricas (regiões menos desenvolvidas economicamente) e o segmento dos mini e pequenos produtores. Outras medida adotadas pelo governo no início da década de 80, foram a fixação de limites máximos para o adiantamento (100% para os pequenos produtores, 80% para os médios e 60% para os grandes) e um aumento das taxas de juros para empréstimo ao setor (35% a.a. para as regiões da SUDAM e SUDENE e 45% a.a. para as demais regiões do país). Houve também uma alteração com relação ao valor básico de custeio, que passou a cobrir apenas a parcela referente aos custos variáveis. Além disso, a cobertura do seguro rural foi reduzida a 80% do valor financiado.

No entanto, o aumento da participação relativa dos mini e pequenos produtores rurais não foi suficiente para alterar profundamente o padrão de distribuição de crédito rural do período anterior. Os maiores beneficiários da

política de crédito rural continuaram a ser os grandes e mega-produtores. A participação relativa dos pequenos e mini produtores rurais caiu de 82,3%, em 1980, para 31,2% em 1985. Já os grandes e mega-produtores, saltaram de 16,4%, em 1980, para 27,1% em 1985 (Carvalho, 1994, p. 173).

Além de buscar ajudar as regiões periféricas e o segmento dos mini e pequenos produtores, o crédito rural foi orientado para elevar a produção de alimentos e expandir as áreas destinadas à produção de fontes renováveis (principalmente a cana-de-açúcar). Assim, buscava-se uma expansão da fronteira agrícola e a modernização da agricultura de uma forma moderada. "Para alcançar tais objetivos, o Orçamento Monetário passou a contar com uma dotação de recursos para o crédito rural que passou a envolver uma expansão monetária superior ao conjunto das operações do AM. Ademais, a implementação do Sistema Especial de Crédito à Comercialização Agropecuária (EGF), através do bônus colheita, apesar de buscar a diminuição da dependência dos agricultores à ação dos intermediários das colheitas, também contribuía para expansão do crédito rural." (Carvalho, 1994, p. 174).

Outro aspecto que merece ser destacado foi o fato do governo passar a dar mais importância à política de garantia de preços mínimos (PGPM) do que à concessão de crédito rural ao agricultor. A PGPM passou a ser um dos principais instrumentos do governo para auxiliar a agricultura, ocupando o lugar que era da política de crédito rural (Santos, 1995, p. 39).

Ao romper com o monopólio do Banco do Brasil, que até então tinha a exclusividade no atendimento do crédito de comercialização (EGF-Empréstimos do Governo Federal), autorizando que todos os bancos do SNCR pudessem realizar o financiamento desse tipo de crédito rural vinculada a PGPM, fez com que essa última política sofresse duas importantes alterações: a primeira ocorreu

com a criação do Valor Básico de Custeio (VBC) que veio desvincular o crédito rural do preço mínimo, dando ao governo maior flexibilidade na sua fixação; a segunda resulta da entrada da correção monetária do preço mínimo entre o momento de sua decretação e o início da colheita do produto. O objetivo do governo foi a tentativa de implementação de uma política agrícola mais eficiente, utilizando além do crédito de custeio, os financiamentos dos EGF e AGF (aquisições do governo federal). Tanto que no período mais crítico da política de ajustamento da economia brasileira (correspondente as safras de 1980/1981 e 1982/1983), a contenção de crédito de custeio e de comercialização (EGF), foi compensada pelas maciças aquisições do governo federal (AGF). No entanto, essa política agrícola de expansão desordenada das AGFs, entrou em conflito com a meta do controle do déficit público, uma vez que se traduzia em gastos públicos. Para evitar a prática dos produtores venderem seus produtos diretamente ao governo através de operações de AGF, uma vez que os preços mínimos garantidos pelo governo superavam os do mercado, o governo resolveu não reajustar os preços mínimos para o início da safra de 83/84, apesar da inflação. Com isso, tal safra teve um fraco desempenho e os preços agrícolas se elevaram no ano de 1984.

O ano de 1984 marcou os limites da política de financiamento rural refletidos não só na queda do volume de crédito rural, como na retirada dos subsídios. As medidas adotadas pelo governo estimularam o autofinanciamento dos produtores rurais, uma vez que reduzia o volume de crédito disponível através do SNCR. No segundo semestre de 1984 os bancos comerciais e os de investimento foram autorizados a utilizar as taxas de juros do mercado para a concessão de crédito ao setor rural - 3% a.a. mais a variação integral da ORTN. (Santos, 1995, p. 18)

Em termos de produção, houve uma queda, causada principalmente por problemas climáticos (seca no NE e enchentes no Sul), além da inflação que causou uma transferência dos recursos do setor produtivo para o financeiro, uma vez que esse oferecia menores riscos e maiores rendimentos.

A nova política agropecuária delineada para 1985, definiu como meta a ampliação da produção de alimentos, sem prejuízo dos setores de energia e exportação. Nota-se uma reorientação de ênfase da política de crédito rural para a política de garantia de preços mínimos (visando estimular a produção de certos produtos, através da avaliação futura de mercado). A partir de 1985, a política de crédito rural voltou a ter características expansivas. Há um aumento de 20% do financiamento rural em relação ao ano anterior.

As principais medidas adotadas foram uma maior destinação de recursos para o crédito de custeio, a atualização da correção monetária dos valores básicos de custeio (VBC) em níveis compatíveis com os custos efetivos de produção e a ampliação do volume de crédito rural à grande maioria dos agricultores. Nesse ano ocorreu também, a ampliação da margem de financiamento dos produtos básicos para 100% (no caso dos mini e pequenos produtores), 90% (médios) e 80% (grandes produtores).

"A meta adotada pelo governo elevou a concessão de crédito rural em 20% com relação ao ano anterior e a produção em 12% em relação à safra de 1983/1984." (Santos, 1995, p. 19)

"A implantação do cruzado causou grande euforia no setor agrícola por vários motivos:

- elevação dos preços agrícolas

- volta do tratamento diferenciado para a agricultura por parte do governo
- desindexação do sistema financeiro, ou seja, fim da correção monetária (principal motivo da euforia)." (Santos, 1995, p. 20)

O fim do mecanismo de indexação, que promovia ganhos no mercado especulativo, contribuiu para que ocorresse uma imigração do mercado financeiro para o setor de investimentos produtivos, dentre eles, o setor agrícola. Além do forte endividamento dos pequenos agricultores junto ao sistema bancário, os grandes produtores rurais recorreram ao autofinanciamento, através de retiradas de recursos dos seus próprios fundos, antes aplicados no mercado financeiro.

O clima de euforia dos agricultores, repercutiu favoravelmente no conjunto de indústrias voltadas à produção de bens para a agricultura. Há um surto de demanda por vários implementos agrícolas, o que faz com que a produção desse setor cresça de forma muito acentuada.

Passada a fase de euforia, começam os problemas de liquidez, ocorrem pressões para o saldo dos débitos contraídos, uma queda no valor da terra, uma queda na demanda de produtos agrícolas por parte do comércio e da agroindústria. O principal problema enfrentado pelos agricultores nesse ano foi a volta da correção monetária.

A política de crédito rural, logo após o Plano Cruzado, procurou seguir as mesmas diretrizes da política do ano anterior, ou seja, estava voltada para o atendimento da demanda de crédito rural para os alimentos básicos, através de estímulos aos mini e pequenos produtores e de incentivos às regiões menos favorecidas. Mas além disso, haviam medidas voltadas para a agricultura de exportação devido à queda do saldo da balança comercial agrícola.

No segundo semestre de 1986, o governo lançou uma nova política agrícola, que ficou conhecida como "Pacote Verde". Essa política agrícola fazia parte do plano de desenvolvimento implantado, com inspiração neoliberal e visava:

- expandir a produção agropecuária em geral,
- a correção dos desvios entre o crescimento da produção voltada para o mercado externo e o mercado interno,
- a alteração das condições de financiamento de acordo com as especificidades do produto, da diversidade regional e do porte do produtor rural e
- a implementação da infra-estrutura agropecuária necessária às regiões menos favorecidas.

Porém, essas mudanças não foram suficientes para melhorar o desempenho da produção agropecuária de forma significativa. Tanto que em 1986, o governo importou alimentos básicos, visando uma queda dos preços. Isso fez com que os preços internos se deprimissem de tal forma, que os agricultores (principalmente os pequenos) se viram a beira da insolvência.

Outro fato que merece destaque no ano de 1986 foi a extinção da Conta Movimento[2], que foi um importante mecanismo para o financiamento da atividade agrícola até então. Isso demonstrava a busca de uma política rural que utilizasse recursos do setor privado e do orçamento fiscal e com um potencial inflacionário reduzido.

Em 1987, a política de crédito rural buscou a redução de subsídios através de uma "otenização" das operações de crédito rural, visando diminuir a

[2] A Conta Movimento era um mecanismo mantido pelo Banco Central que assegurava ao Banco do Brasil suprimento automático de recursos para as operações permitidas aos demais intermediários financeiros.

defasagem entre os preços medidos em VBC e os reais custos de produção agrícola. Para minimizar a falta de recursos para a safra de 1987/1988, o governo regulamenta a Caderneta de Poupança Rural [3] mecanismo pelo qual os bancos comerciais, controlados pelo BACEN, passaram a recolher os depósitos dos agentes econômicos nas mesmas condições das cadernetas de poupança tradicionais (confirmando a tendência de declínio de recursos oficiais destinados à agricultura e elevação dos custos dos mesmos). A política de juros concedida ao setor foi de 3% a 15%, de acordo com a finalidade do empréstimo, o porte do produtor e a região a que se destinava o empréstimo. De acordo com a legislação, 65% dos recursos captados em Caderneta de Poupança Rural deveriam ser destinados às operações de crédito rural. Desse percentual, o Banco do Nordeste do Brasil e o Banco da Amazônia deveriam aplicar pelo menos 10% em irrigação.

Também em 1987, ocorreu a primeira anistia ao setor agrícola, o governo concede isenção da correção monetária para algumas operações de crédito rural, além de uma revisão de contratos dos agricultores endividados. Isso fez com que o risco de concessão do crédito rural aumentasse, o que fez com que os bancos reavaliassem suas carteiras agrícolas. Os mini e pequenos agricultores são beneficiados com outras medidas, como o crédito para os integrantes do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), que era adaptado às condições econômicas do produtor participante desse programa. Além disso, o produtor recebeu a isenção do pagamento de metade do valor devido ao reembolso e os mini e pequenos produtores receberam um financiamento total do custeio. 1987 foi um ano de retração do volume de crédito destinado à agricultura.

[3] mecanismo que transformou-se numa importante fonte de recursos para o financiamento do setor agrícola, por meio de crédito de investimento, custeio e comercialização e já em 1987, representava 24% das fontes de crédito rural

1988 foi um ano de redução geral de subsídios à agricultura devido à política econômica recessiva adotada, visando uma redução da dívida pública. A política de crédito rural visava apenas garantir um volume mínimo de recursos para atender a demanda por financiamento de custeio dos produtores rurais. A poupança rural foi a principal fonte supridora de recursos para o crédito rural, representando 44% dos recursos.

Em 1989, a crise financeira do setor rural atingiu o seu momento mais crítico, ocorrendo uma queda nos recursos destinados ao crédito rural, além do que ocorreu uma mudança no padrão de financiamento da agricultura, sendo que essa passou a ser cada vez menos financiada pela concessão de crédito rural. Todas as medidas adotadas pelo governo visando aumentar a participação do setor privado no SNCR foram ineficazes. Assim, o governo estimula o autofinanciamento, incorporando os que assim agissem no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO)[4]. O ano de 1989 foi marcado por uma retração do volume de crédito rural concedido e os resultados obtidos com a produção devem ser creditados ao autofinanciamento e a recuperação dos preços internacionais dos produtos agropecuários existentes.

---

[4] *O PROAGRO foi instituído pela Lei nº 5.969, de 11.12.1973, com a finalidade de exonerar o produtor rural do cumprimento de obrigações financeiras relativas a operações de crédito rural, quando da ocorrência de perdas das receitas esperadas em conseqüência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atingissem bens, rebanhos e plantações.*

A criação do PROAGRO foi motivada pelos seguintes fatos:

- *ausência de um mecanismo de proteção contra perdas da produção agropecuária decorrentes de causas naturais fortuitas, com conseqüente descapitalização e crescente endividamento dos produtores;*
- *fracasso na tentativa de implantação de um seguro rural capaz de proteger o agricultor de riscos causados por fenômenos naturais fortuitos. A Companhia Nacional de Seguro Agrícola (CSNA), criada em 1954 com essa finalidade, foi extinta em 1966 sem ter conseguido atingir seus objetivos;*
- *existência de modelos, em outros países, em que o governo concede créditos ou assume despesas advindas de perdas de produção;*
- *necessidade de institucionalizar um mecanismo de garantia das operações de crédito rural que pudesse ser usado em substituição às garantias reais ou fidejussórias usualmente exigidas pelo sistema bancário.*

Embora o programa tenha sido criado em 1973, a implantação se deu em 1975. Sua administração coube ao BACEN, segundo normas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional e, os recursos financeiros eram provenientes da taxa do adicional (prêmio), fixada em 1% ao ano sobre o saldo devedor do empréstimo rural (custeio e investimento), de verbas do orçamento da União e de outros recursos alocados.

O governo Collor nada fez no primeiro momento. Somente com o fraco desempenho da safra de 89/90 tomou-se medidas para minimizar possíveis choques de oferta que acarretariam em aumento da inflação. Essas medidas foram:

- estipulação prévia do valor do crédito rural (inclusive as despesas com o prêmio de seguro),
- a integração das sociedades de crédito imobiliário ao SNCR
- correção em 100% da tabela classificatória das categorias mini, pequenos médios e grandes produtores rurais, visando ampliar o grau de adiantamento creditício da maioria dos produtores rurais.
- deveria ser destinado 10% dos recursos captados em depósitos de poupança para as operações de crédito rural, o que correspondia a aproximadamente 50% da faixa de aplicação livre das disponibilidades da poupança captada
- exigência de um determinado saldo médio diário de aplicações em crédito rural.

As medidas adotadas no ano de 1990 elevaram o volume crédito rural em 19,6%, sendo que o Banco do Brasil continuou a ser a principal fonte de recursos com 64,4% do total. Essa política adotada refletiu-se numa safra recorde (1990/1991). (Santos, 1995, p. 37)

Dessa forma foi demonstrado o comportamento do crédito rural ao longo da década de 1980. O próximo item deste capítulo mostrará os reflexos dessas políticas sobre a produção agrícola paulista durante a década de 1980.

2.2. O Crédito Rural e os Principais Produtos da Agricultura Paulista

O que muitas pessoas preconizavam no início da década de 80, de que a retirada de incentivos à agricultura, por parte do governo, iria causar sérios problemas de abastecimento interno, uma vez que faria com que a produção agrícola diminuísse radicalmente, não se confirmou com o passar do tempo. O que se confirmou foi que a agricultura brasileira continuou se desenvolvendo, inclusive obtendo safras recordes nessa década. Trata-se, portanto, de buscar detalhes da análise para entender como isso ocorreu.

Restringindo nossa análise ao estado de São Paulo, a agricultura paulista se desenvolveu principalmente nas culturas de cana de açúcar e laranja, sendo que, a área dedicada a outros plantios sofreu uma queda durante os anos 80, dando lugar a essas duas culturas (como podemos observar na tabela 4). No caso da cana-de-açúcar isto pode ser explicado pelos incentivos dados pelo governo à produção e consumo de álcool combustível. Já a laranja, por se tratar de insumo na produção de suco de laranja, que tem uma grande demanda no mercado externo, atinge preços elevados no mercado agrícola (Santos, 1995, pp. 40 e 41).

Entre 82 e 84 o governo adotou uma política de redução de subsídios e aumento das taxas de juros, reduzindo os recursos destinados ao setor agrícola. As culturas do algodão, da cana de açúcar e do feijão tiveram aumento na produção neste período.

Tabela 3 - A Produção dos Principais Produtos Agrícolas do Estado de São Paulo (1.000 ton.)

Produtos	82/83	83/84	84/85	85/86	86/87	87/88	88/89	89/90	90/91
Algodão	464,25	504,4	609,45	643,05	540	650,25	448,50	463,05	341,25
Arroz	617,4	388,8	496,8	499,80	540	508,20	469,80	330,60	325,2
Café	441,5	423,0	493,2	532	748,80	282,90	216	326,40	270,0
Cana	111750	120335	125470	126210	135615	137450	134940	141800	147.560,0
Feijão	318,36	306,9	363	276,30	291,30	397,80	315,60	271,80	283,2
Laranja	7705,08	8367,67	8894,4	7754,86	9561,48	10150,22	12099,65	11909,52	13.141,68
Milho	3159	2901	2970,6	3093,60	3921	3684	3756	2766	3.784,2
Soja	966	849	960	915	978	1224	1345,20	937,20	921,6
Tomate	752,96	762	729,68	727,40	724,25	629,35	685,10	578,90	665,19

Fonte: Santos, 1995, pp. 43, 45 e 48

Tabela 4 - Área Destinada ao Plantio dos Principais Produtos Agrícolas do Estado de São Paulo (ha.)

Produtos	82/83	83/84	84/85	85/86	86/87	87/88	88/89	89/90	90/91
Algodão	308.700	248.500	382.000	329.630	325.300	349.250	243.500	300.800	221.500
Arroz	334.100	341.200	309.400	337.700	299.100	271.200	252.400	219.100	189.500
Café	815.499	789.170	774.370	736.870	676.563	656.281	519.328	567028	494.450
Cana	1.463.100	1.601.800	1.701.560	1.776.850	1.830.100	1.842.950	1.839.600	1.909.860	1..941.200
Feijão	546.700	482.300	485.800	434.820	452.630	447.990	370.340	367.650	336.050
Laranja	472.250	499.800	542.250	552.950	594.400	640.350	689.400	721.500	778.000
Milho	1.166.000	1.220.100	1.155.800	1.280.000	1.464.900	1.285.300	1.326.400	1.151.100	1.384.450
Soja	470.000	480.400	495.500	456.800	459.300	534.600	592.500	561.200	495.230
Tomate	20.670	19.020	18.020	16.480	17.080	16.520	16.870	14.310	15.720

Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo

Como foi observado na tabela 3, produtos como o algodão, o café, a cana, o feijão e a laranja apresentaram uma tendência ao crescimento, enquanto que outras como arroz, milho, soja e tomate tiveram uma queda na produção.

Em 85, foi adotado como objetivo do governo Sarney, o aumento da produção de alimentos, elevando assim, os recursos destinados pelo governo à agricultura. Então, até 1986, foram elevados os recursos destinados à produção agrícola, além da concessão de vários privilégios aos agricultores. Nesse período houve um aumento da importância do PGPM, em detrimento da política de crédito rural (Santos, 1995, p. 19).

A política adotada pelo governo Sarney resultou num aumento da produção agrícola brasileira, como pode ser visto na tabela 3. A produção aumentou nas duas safras, principalmente devido as medidas adotadas pelo governo, visando incentivar a produção agrícola. Já no ano de 87, o fracasso do Plano Cruzado afetou todos os setores da economia, inclusive o agrícola, que acabou sofrendo com uma queda dos recursos provenientes do crédito rural, além do fato de ter ocorrido uma elevação das taxas de juros, a reindexação da economia e a queda do volume de depósitos à vista, que desfavoreceram a agricultura. Para amenizar a situação no campo, o governo concedeu anistia ao setor.

Em 1988 o governo voltou a adotar, basicamente, o padrão adotado antes do plano cruzado, diminuindo os recursos destinados à agricultura.

Em 1989 ocorreu a ruptura definitiva do setor rural com o padrão que vigorara até então (Santos, A. O. pág. 46). Os agricultores passaram a utilizar com mais intensidade os recursos próprios (uma vez que o governo incorporava

ao PROAGRO os agricultores que assim agissem). O impacto dessas medidas sobre a produção agrícolas podem ser notadas na tabela 3.

A maioria das culturas sofreu com as medidas adotadas de redução de participação do governo no fornecimento de crédito para a agricultura. Somente a laranja e o café aumentaram a produção nestes anos, porém devido a reflexos das políticas adotadas no início dos anos oitenta (1982 a 1984). Culturas permanentes como o café e a laranja demoram um certo número de anos para começarem a produzir. As medidas adotadas pelo governo em um ano afetam apenas a área plantada deste tipo de cultura, a produção será afetada apenas alguns anos após o plantio (cinco anos no caso do café). Além disso, a laranja, por ser insumo principal da indústria de suco de laranja, que tem a sua produção destinada a atender o mercado externo, manteve preços elevados.(Santos, 1995, pp. 46 e 47)

Em 1990, o governo Collor adotou uma política econômica que praticamente deixou de lado a política agrícola. Houve uma demora por parte do governo para assumir uma posição com respeito à política agrícola o que levou a uma queda da produção de alimentos, principalmente por parte dos médios e pequenos produtores. Uma confirmação disto, conforme podemos observar na tabela 4, foi a redução da área plantada de várias culturas, dentre elas a laranja (-8%), do café (-14%) e do milho(-9%). O aumento da produtividade não conseguiu compensar a diminuição da área plantada. Somente o feijão conseguiu obter um aumento considerável de sua produção (13,4%).

Portanto, este foi o desempenho dos principais produtos agrícolas do Estado de São Paulo na década de oitenta. A análise da evolução da produção paulista serviu de reforço para a idéia de que a redução do crédito rural proveniente do Estado não teve um impacto negativo para a agricultura como

um todo. Pelo contrário, a análise mostra um aumento vultoso da produção das principais culturas paulistas entre os anos de 1980 e 1990 (com destaque para a cana-de-açúcar e laranja) e da produtividade alcançada por culturas como o feijão (62,2%) e o tomate (62,2%). (Santos, 1995, p. 54)

Capítulo 3

O município de São Roque : aspectos geográficos, históricos, econômicos e sociais

3. O município de São Roque : aspectos geográficos, históricos, econômicos e sociais

Neste capítulo será feita uma apresentação do Município de São Roque, com seus aspectos históricos, geográficos, econômicos e sociais.

3.1. Localização

O município de São Roque se localiza a 60 km de São Paulo e tem como vias de acesso as rodovias Presidente Castello Branco e Raposo Tavares. O município faz fronteira com as cidades de Mairinque, Itu, Araçariguama, Vargem Grande Paulista, Piedade, Ibiúna e Santana de Parnaíba. São Roque tem uma população de 63.790 Habitantes e ocupa uma área de 620 Km^2.

3.2. A História do Município de São Roque

Em meados do século XVII, Pedro Vaz de Barros encontrou na região que hoje se chama São Roque as condições ideais para se estabelecer. O clima ameno, as pastagens abundantes e uma favorável hidrografia (encontro dos rios Aracaí e Carambeí), possibilitaram que ele se estabelecesse com sua família e com aproximadamente 1200 indígenas. Dessa forma, em 16 de agosto de 1657 era formado o povoado que mais tarde receberia o nome de São Roque, em homenagem ao santo nascido em Montpellier, na França.

Além da pecuária e da agricultura de subsistência, Vaz Guaçu (ou Grande Vaz), como era chamado pelos indígenas, cultivava trigo e uva daí uma das causas que impulsionaram a vitivinicultura no município de São Roque no início do século XX. A aproximadamente oito quilômetros de distância da fazenda de Pedro Vaz, seu irmão Fernão Paes de Barros construiu, em 1661 a Casa Grande, a Senzala e a Capela de Santo Antônio, que além de ser uma fazenda que usava mão-de-obra escrava, servia de parada e pousada das Bandeiras que desciam o Rio Tietê em busca de riquezas minerais. Atualmente esse local é tombado pelo SPHAN como patrimônio histórico-arquitetônico

No ano de 1832, São Roque foi elevado à condição de vila, passando a município em 1866.

Entre os anos 1834 e 1850, a Vila de São Roque iniciou sua atividade comercial valendo-se das tropas arreadas (mulas). Estacionavam nos descampados do "Pasto da Loja Grande" e no "Largo dos Almeidas", e em suas barraquinhas vendiam toda sorte de artigos. A influência deixada pelas

tropas foi de tal ordem que não se restringiu apenas ao setor econômico: deixou também vestígios no linguajar do povo (o dialeto caipira).

Elevada à categoria de cidade, já em 1866, São Roque atingia a casa de 4500 habitantes, entre eles vitivinicultores, que produziam vinho, além de praticarem a cultura do algodão, café e cana-de-açúcar (como será discutido adiante).

Por volta de 1890, o industrial italiano Enrico Dell'Acqua, resolveu montar no município de São Roque a indústria têxtil Brasital, que, quando iniciou as operações, tornou-se uma grande fonte absorvedora de mão-de-obra. Essa empresa era um atrativo para os imigrantes italianos, que acabaram por trazer um considerável impulso econômico ao município de São Roque. Tal empresa foi desativada no final da década de 60, sendo atualmente um centro cultural, abrigando a Biblioteca Municipal, diversos cursos profissionalizantes (o Profic), além de servir de palco para diversos eventos culturais e sociais.

A estrada de rodagem que liga São Roque a São Paulo foi inaugurada no dia 26 de agosto de 1922, durante o governo de Washington Luís. Ela serviu de alavanca para a economia são-roquense, uma vez que intensificou a circulação comercial. Entre 1928 e 1929, paralelamente à intensificação do tráfego pela rodovia estadual, ocorreram melhorias nos transportes pela Estrada de Ferro Sorocabana, o que também trouxe reflexos positivos à prosperidade econômica de São Roque.

Entretanto, o ano de 1929, marcado pela crise mundial, deixou uma sombra no desenvolvimento da pequena São Roque, que até então prosperava de forma ininterrupta. Nessa época, com a crise do café, houve a transferência das oficinas da Estrada de Ferro Sorocabana de Mairinque (até então, distrito de São

Roque) para Sorocaba. Desta forma, 3000 pessoas deixaram São Roque, o que foi um golpe para o comércio local, levando diversos estabelecimentos comerciais a encerrarem suas atividades. A estrutura econômica foi abalada, com conseqüente depressão das atividades e desvalorização das terras. São Roque passou a figurar no rol das cidades decadentes do estado de São Paulo.

A recuperação econômica deu-se entre 1946 e 1951, devido a uma série de fatores, dentre os quais uma modernização dos meios de transporte para São Paulo, que passaram a ser mais rápidos e eficientes, o que proporcionou para o município uma fase de industrialização. Novas empresas se instalaram, ampliando o parque industrial. Junto disso veio também uma ampliação dos negócios imobiliários. Dessa forma, inúmeros prédios começaram a despontar na área central, assim como a zona urbana expandiu-se. Outro fator que serviu de impulsionador para a retomada do crescimento da economia de São Roque foi a implantação da produção racional e científica da vitivinicultura. São Roque expandiu sua produção e ficou conhecida nacionalmente como a terra do vinho. Entretanto, a partir da década de sessenta, o plantio de uva foi prejudicada pela enorme valorização imobiliária das terras. Se a especulação imobiliária até então se restringia às áreas mais centrais do município, nesse período ela atinge em cheio a zona rural . Dessa forma, com o elevado custo de oportunidade da terra, muitos agricultores extinguiram seus vinhedos, que demandavam um elevado trabalho de manutenção e passaram a vender suas terras, principalmente para companhias imobiliárias, que acabaram por transformar as antigas vinícolas, na sua maioria, em chácaras.

Nos anos 80, São Roque viveu a dificuldade de descobrir sua real vocação no aspecto econômico. Se antes, a população era predominantemente rural, durante os anos setenta começou a haver um direcionamento da população rural para a área urbana, o que fez com que no início dos anos oitenta, apenas 35% da

população do município continuasse na zona rural . Atualmente a economia são-roquense gira em torno da indústria, do comércio, agropecuária, prestação de serviços e um novo setor que começa a despontar é o turismo, passando o município de São Roque a ser denominado Estância Turística no ano de 1990. Porém, para que essa atividade se consolide, o município necessita um melhor planejamento, no que diz respeito à infra-estrutura para receber, acomodar e proporcionar opções de lazer aos turistas.

Feita essa opção pelo desenvolvimento turístico torna-se necessária uma preocupação em preservar o meio ambiente, porém, conciliando com isto, a atividade industrial. Muitos países conseguiram compatibilizar essas duas atividades, porém, com legislação severa e zoneamento planejado, evitando as atividades poluentes e privilegiando as indústrias complementares ao turismo.

O comércio são-roquense possui dois *shopping centers*, várias galerias, algumas grandes lojas de departamento (destaque para o *Mappin*) e diversas pequenas lojas, o que faz de São Roque, um polo de atração para consumidores da micro-região. Um ponto que vale destacar é a ACIA (associação comercial, industrial e agrícola) que serve de respaldo para o desenvolvimento dessas atividades no município, inclusive contando com o serviço de proteção ao crédito (SPC).

O parque industrial são-roquense conta com 141 estabelecimentos industriais, dentre metalúrgicas, indústrias têxteis, alimentícias, vinícolas, cosméticas, químicas, etc.. A maior concentração das indústrias se dá nas duas áreas favorecidas pela passagem das rodovias Raposo Tavares e Castello Branco.

3.3. Histórico da produção agrícola do Município de São Roque

São Roque, desde a sua fundação, sempre contou com uma grande atividade agrícola, em razão do seu clima temperado, não muito seco e de seu solo rico em minérios. O cultivo da uva, milho, marmelo, trigo, algodão e alcachofra, dentre outros, sempre estiveram presentes na vida dos são-roquenses, porém, os que mais se destacaram foram o cultivo do algodão durante o século XIX, o da uva e o sua transformação em vinho durante boa parte do século XX e mais recentemente o da alcachofra.

➲ O Algodão

Entre os anos de 1868/1870 a cultura do algodão ganhou considerável impulso devido, principalmente, à Guerra da Secessão nos Estados Unidos, que fez com que os EUA, o principal produtor mundial de algodão na época, diminuíssem a produção do mesmo, causando um choque de oferta no mercado mundial de algodão (com conseqüente elevação dos preços). Nesta época, São Roque chegou a ter 27 grandes áreas de cultivo de algodão (malvácea), além da implantação de 7 máquinas de beneficiamento da fibra, movidas a óleo cru, que foram importadas dos EUA.

➲ A Alcachofra

Uma cultura que foi implantada no município na década de quarenta e que recentemente vem ganhando crescente impulso é a alcachofra, que encontrou no município de São Roque as condições propícias de solo e clima (necessita de um clima mais ameno para florescer). Atualmente São Roque é o

maior produtor nacional dessa hortaliça perene (o que permite apenas o plantio de algumas hortaliças no seu terreno de cultivo durante a entressafra)

➲ *A produção de Uva e Vinho no Município de São Roque*

Sendo a uva uma cultura que foi introduzida no município de São Roque em meados do século XVII pelo seu fundador e que se consolidou no início do século XX, com a chegada dos imigrantes, principalmente pelos italianos e portugueses que ao chegarem em São Roque, encontraram nas paisagens montanhosas e no clima ameno, as características semelhantes às existentes nos seus países de origem, claro que guardadas as devidas proporções, uma vez que muitos vieram das mundialmente famosas regiões produtoras situadas na Itália e Portugal. Daí surgiu a iniciativa de tentar iniciar uma produção de uvas visando o feitio de vinho.

No início, a produção visava apenas o consumo pessoal e o pequeno excedente era comercializado somente na região. Com o passar do tempo esse excedente começou a se tornar cada vez maior e mais procurado, tendo início uma produção com uma escala cada vez maior.

No início do século 20, 99% das videiras eram da variedade Isabel, qualidade que predominou os campos de cultivo até aproximadamente 1920, quando ocorreu a introdução das castas Seibel 2 e Niágar Branca, fato que foi fundamental para a melhoria dos vinhos produzidos no município de São Roque, uma vez que essas duas variedades de uva se mostraram muito mais adaptadas às características de clima, solo e relevo da região. Outro fator que contribuiu decisivamente para a melhoria da qualidade da vitivinicultura municipal, foi o apoio recebido pelos produtores locais, a partir do final da década de 1920 , que consistiu numa orientação científica dada pela Secretaria da Agricultura do

Estado de São Paulo, através da implantação, em 1928, da Estação Experimental da Agricultura de São Roque, que teve um relevante desempenho quanto ao ensinamento aos agricultores do município, no que tange uma produção mais racional e com melhores técnicas. Dado esse impulso, a vitivinicultura logo se tornou a principal fonte de renda do município.

Com o passar do tempo porém, os custos de produção do vinho no município de São Roque cresceram de uma forma muito elevada, uma vez que os custos de plantação e cultivo da uva e do feitio do vinho se tornavam cada vez mais altos. Some-se a isto, a concorrência cada vez maior dos vinhos produzidos no Sul do Brasil, que por serem feitos numa escala de produção industrial, atingiam um preço menor no mercado, além do prestígio que goza pela boa qualidade do produto. Além disso, a melhoria do transporte entre São Roque e São Paulo contribuiu para um aumento significativo do custo de oportunidade das áreas plantadas, uma vez que começou uma crescente procura de áreas para se transformarem em sítios, chácaras e indústrias. A principal conseqüência foi uma diminuição do número de vitivinicultores, que era de mais de uma centena na década de 50, com uma produção anual na casa dos 8 milhões de litros, para os atuais 13 vinhateiros que produzem aproximadamente 2 milhões de litros por ano e, o conseqüente desaparecimento dos grandes e belos vinhedos que podiam ser vistos em diversos pontos do município de São Roque.

Dessa forma, esses fatores descritos levaram o produtor de São Roque à busca de soluções para enfrentar essa concorrência, sendo que a principal foi o abandono por parte da maioria dos produtores do plantio da uva nos próprios estabelecimentos, passando assim os produtores de vinho, a comprar a uva em outras localidades, principalmente no sul do país, para depois produzir o vinho

nas suas próprias adegas, conseguindo assim um preço final competitivo do vinho (Fonte: Sindicato da Indústria do Vinho do Município de São Roque).

Os produtores de vinho atualmente estabelecidos no município de São Roque são os seguintes:

1. Bella Aurora
2. Viti-vinícola Góes
3. Palmeiras
4. Santa Teresinha
5. Sabattini
6. Primavera
7. Quinta do Nino
8. Quinta do Jubair
9. Caetê
10. Palmares
11. Sorocamirim
12. XV de Novembro
13. Canguéra

A produção de vinho em 1998 atingiu a casa de 2 milhões de litros. As variedades de vinho produzidas no município são o branco seco e licoroso, o tinto seco e o suave, além da produção, ainda que em pequena escala do vinho tipo Porto e da geropiga, que se trata de um tipo de vinho que utiliza um método de produção que é guardado em segredo pelos produtores locais.

Portanto, os fatos descritos acima nos levam à conclusão de que a produção de uva deixou de ser a principal fonte de renda dos produtores

agrícolas de São Roque, tendo sido substituída por outros produtos como a alcachofra, o milho, o feijão, eucaliptos e flores dentre outros. Porém, até os dias atuais, o município de São Roque é conhecido por sua produção de vinho, sendo que muitos dos produtores atuais herdaram suas adegas produtoras de vinho de seus antepassados, mantendo assim, uma tradição secular que é a produção de vinho no município de São Roque.

3.4. Órgãos responsáveis pela coordenação e desenvolvimento da produção local

Em 1928, durante o governo de Júlio Prestes, foi fundada a Estação Experimental da Agricultura de São Roque, cujo objetivo era o de prestar serviços aos agricultores de São Roque, ministrando ensinamentos quanto a preparação da terra, meios práticos de cultivo, sistema de adubação racional, escolha de sementes e outras instruções relacionadas ao setor agrícola. Entretanto, por volta da década de 70, em virtude da nova filosofia adotada pela Secretaria de Agricultura, a Estação Experimental perdeu a sua finalidade original que era a de prestar assistência ao lavrador, sendo que esse papel passou a ser desempenhado pela Casa da Lavoura.

A partir de 1994, passou a funcionar na Estação Experimental o primeiro núcleo de pesquisa em agricultura ecológica do Brasil, com pesquisas voltadas para o desenvolvimento da agricultura realizada sem o uso de agrotóxicos.

O município conta com a diretoria de agricultura, que foi fundada pelo Prefeito Mário Luiz Campos de Oliveira. Tal diretoria engloba os setores de ensino agrícola, posto de monta e serviços agropecuários, com a finalidade de

prestar auxílio aos produtores, à comunidade local e para contribuir com o fortalecimento da agricultura no município.

Esse mesmo Prefeito, em 1988, conforme exigia a legislação, formou o Conselho Agrícola municipal, que tinha por incumbência traçar os rumos da política agrícola local. Integrado por produtores rurais das diferentes áreas de produção agropecuária, esse conselho tinha como principal objetivo uma gradativa municipalização dos serviços de extensão agrícola.

3.5. A Agropecuária no Município de São Roque

A atividade pecuária leiteira são-roquense ocupa uma posição de significativa importância para a economia local. As atividades pecuárias desenvolvidas em São Roque são as seguintes:

- Pecuária leiteira - em pequena escala, coadjuvada pelo serviço de inseminação artificial mantido pela prefeitura e alguns pecuaristas locais.
- Pecuária de corte. (pouco desenvolvida)
- Avicultura
- Suinocultura
- Piscicultura
- Caprinocultura
- Cunicultura (criação de coelhos - o município possui uma grande indústria desse setor, a Angolana)
- Apicultura
- Aquicultura (criação de rãs)

A produção pecuária do município de São Roque é a seguinte:

- aves: 800.000 cabeças de frango de corte distribuídas em 40 granjas, 100.000 cabeças de poedeiras distribuídas em 10 granjas.
- bovinos: 6.000 cabeças, com uma produção leiteira mensal de 110.000 litros (entre o tipo B e o tipo C).
- suínos: 20.000 cabeças.

O solo do município é latosolo vermelho, fase rasa (antigo massapé) e podsolo com cascalho em pequena proporção (antigo salmorão). A declividade é bastante acentuada e em algumas áreas possui muitas rochas, o que dificulta bastante o uso de tração mecânica, tornando obrigatório o uso de tração animal. Os solos em geral são ácidos, exigindo correção do ph.

Os principais produtos cultivados no município de São Roque são a batata, cebola, feijão, mandioca, alface, tomate, milho, alcachofra (maior produtor nacional), uva e, vale destacar, uma ascendente cultura de flores ornamentais.

Tabela 5 - A produção municipal no ano de 1989

PRODUTO	ÁREA (HA)	PRODUÇÃO
BATATA DAS ÁGUAS	700	20.000 SACAS
BATATA DA SECA	700	14.00 SACAS
CEBOLA	800	1600 TON.
FEIJÃO DA SECA	700	2.000 SACAS
FEIJÃO DAS ÁGUAS	1000	2.500 SACAS
MILHO	3000	12.000 SACAS
ALCACHOFRA	2000	3.000.000 DE CABEÇAS
UVA	200	2.000.000 DE PÉS (4.000 TON.)

Fonte: Casa da Agricultura do Município de São Roque

Tabela 6: A Produção de Uva no Estado de São Paulo e na Região de Sorocaba na Década de 80

Tabela 6.1: A produção de uva no Estado de São Paulo durante a década de 80

Ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Área (HA)	10200	10391	10300	9195	9005	9200	8276	8614	8731	8731
Quantidade (t)	149040	146360	149040	141460	111660	101110	112470	109170	99840	113560

Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo

Tabela 6.2 - A produção de uva na Região de Sorocaba durante a década de 80

ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Área (HA)	1698	1874	1640	1607	1605	1517	1498	1563	1558	1656
Quantidade (t)	25990	31560	29600	27914	32680	33630	36920	34750	41795	56840

Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo

Pela tabela acima, nota-se que a produção de uva, durante a década de 80, sofreu uma queda no Estado de São Paulo.

Cruzando os dados da tabela 6 (no ano de 1989), com os dados da tabela 5, notamos que a região de Sorocaba produziu aproximadamente 50% do total de uva do Estado de São Paulo, enquanto que o município de São Roque produziu apenas 7% do total produzido na região e 3,5% da produção do Estado. Isto apenas sustenta o que foi dissertado na sessão anterior, que afirma que a solução encontrada pelos vinte e cinco produtores local de vinho para enfrentar a concorrência dos produtores das outras regiões mais favorecidas para o plantio da uva, com mão-de-obra mais barata e custo de oportunidade da terra mais baixo, foi diminuir o cultivo de uva na propriedade, passando a comprá-la de terceiros - o que incentivou a produção de uva em outros municípios da região, como Pilar do Sul, que passou a ser um dos maiores produtores de uva do Estado de São Paulo (fato que foge ao interesse desse trabalho) e um dos

maiores fornecedores, junto aos produtores do sul do país, de uva aos produtores de vinho local.

Tabela 7 - distribuição imobiliária da zona rural do município de São Roque

ÁREA (HA)	NÚMERO DE PROPRIEDADES
0,1 - 1,0	274
1,0 - 5,0	1223
5,0 - 10,0	556
10,0 - 20,0	429
20,0 - 50,0	708
50,0 - 100,0	106
100,0 - 200,0	29
200,0 - 400,0	17
400,0 - 500,0	2
600,0 - 1.000,0	4

Fonte: Casa da Agricultura do Município de São Roque

Tabela 8 - número de estabelecimentos agropecuários e área destinada à agropecuária no município de São Roque

ANO	ESTABELECIMENTOS	ÁREA (HA)
1980	732	11745
1985	687	13539
1990	853	15764
1998*	560*	11387*

Fonte: Censo Agropecuário - SP (1980 e 1985) e Sindicato Rural de São Roque (1990 e 1998)

*O distrito de Araçariguama, que fazia parte do município de São Roque foi emancipado, daí a queda no número de estabelecimentos e área plantada.

Pela tabela 8 notamos que a área destinada ao plantio e o número de estabelecimentos agropecuários apresentou um crescimento no município de São Roque entre os anos de 1980 e 1990.

Cruzando os dados da tabela 7 com os da tabela 8, notamos que o município, em 1990, contava, na zona rural, com 3.348 propriedades, entre pequenos, médios e grandes proprietários. Porém, dessas 3.348 propriedades,

apenas 853, ou 25% delas, eram destinadas à agropecuária. Isso vem confirmar o que foi dito na sessão anterior, a respeito da valorização da terra no município, fato que levou vários dos produtores locais a vender suas terras para pessoas que não tinham como objetivo a produção agropecuária, mas sim outras atividades, como o lazer e a moradia.

Capítulo 4

Considerações sobre o comportamento do agricultor no município de São Roque quanto ao padrão de financiamento durante os anos oitenta

4. Considerações sobre o comportamento do agricultor no município de São Roque quanto ao padrão de financiamento durante os anos oitenta

Este capítulo nos levará a uma conclusão a respeito do comportamento dos agricultores do Município de São Roque frente a mudança no padrão de financiamento rural ocorrida durante os anos oitenta. Para tanto foram feitas entrevistas com agricultores do município, com o Presidente do Sindicato Rural de São Roque e com o gerente do Banco do Brasil. Além disso, este capítulo trará um apêndice mostrando a agricultura brasileira no contexto atual e as prováveis saídas para o futuro das políticas agrícolas.

4.1. Análise dos Dados Coletados

Das respostas obtidas mostradas no Anexo 1 da página 54 podemos observar e concluir que, segundo as questões colocadas:

1. Três agricultores (27,3%), afirmaram utilizar apenas dinheiro próprio na sua produção agrícola, cinco (45,5%) afirmaram utilizar apenas o crédito rural e três agricultores (27,3%) utilizaram o crédito rural e dinheiro próprio. Notamos que a maioria dos agricultores de São Roque (72,8 %) continuou a usar o crédito rural.

2. Nesse caso podemos dividir em três grupos. Os que continuaram a utilizar o crédito rural como antes da queda das subvenções e, nesse caso, dois agricultores (18,2%) afirmaram sentir maiores dificuldades para pagar o crédito

rural, e três (27,3%) afirmaram não sentir grandes mudanças, porém, vale fazer o comentário de que essas últimas pessoas, ou complementaram suas rendas com outras atividades, ou adotaram mudanças tecnológicas. Os que diminuíram a utilização do crédito rural e complementaram-no com o autofinanciamento, de onde uma resposta (9%) confirmou o aumento da dificuldade de pagar o crédito rural após a queda das subvenções e duas respostas (18,2%) afirmaram que as dificuldades não aumentaram. O último grupo é o dos que não utilizaram o crédito rural, que somam três respostas (27,3%).

3. Essa resposta, apenas quatro agricultores responderam e notamos a unanimidade de que o crédito rural deveria continuar a ser subvencionado como antes, uma vez que a agricultura é uma área estratégica para a economia brasileira. Uma resposta inclusive, comenta da dificuldade ao acesso ao crédito rural para o pequeno produtor, que sente dificuldade em dar garantias ao banco.

4. Podemos dividir essa resposta em três grupos. O primeiro é o dos que apresentaram uma queda na produção, do qual obtivemos três respostas (27,3%), sendo que um justifica com o encarecimento do crédito rural, outro com a diminuição da área plantada e o último com a mudança de atividade (passou a plantar eucalipto). O segundo grupo é o dos que obtiveram aumento na produção, com sete respostas (63,3%), sendo que cinco justificaram esse aumento da produção pela adoção de tecnologias melhores e dois pela mudança de cultivo (ambos o cultivo de alcachofra). E, finalmente, do terceiro grupo obtivemos apenas uma resposta (9%), afirmando ter apresentado uma estagnação na produção.

5. Essa resposta formou dois grupos distintos. O primeiro foi o dos que afirmaram realizar aplicações bancárias com o excedente obtido na produção, que somou dez respostas (91%), sendo ainda, que desse grupo, nove pessoas

afirmaram utilizar uma parte dos ganhos bancários para melhorias na produção e a outra parte, além do consumo, deixava aplicada no banco, as duas respostas que faltam para completar esse primeiro grupo, afirmaram utilizar todo o ganho bancário na própria produção, além do consumo. Do segundo grupo, obtivemos apenas uma resposta (9%) afirmando não ter tido excedentes para aplicar no banco.

6. Essa resposta, três entrevistados não puderam dar, pois não se enquadravam nesse caso. Dos que responderam, cinco (45,5%) afirmaram que o autofinanciamento compensou a queda das linhas de crédito para a agricultura. Três responderam (27,7%) que não.

4.2. Conclusões a respeito do comportamento do agricultor do município de São Roque durante os anos oitenta

Analisando as respostas dos onze agricultores entrevistados (conforme anexo 1, página 56), juntamente com as respostas dadas pelo Presidente do Sindicato Rural do município de São Roque (anexo 2, página 70) e do Gerente do Banco do Brasil do município de São Roque durante os anos oitenta (anexo 3, página 73), podemos chegar a algumas conclusões a respeito do comportamento dos agricultores do município de São Roque frente a mudança no padrão de financiamento da agricultura ocorrida no início dos anos oitenta.

Pudemos observar que o uso do crédito rural no município de São Roque continuou a prevalecer sobre outras fontes de financiamento mas, no entanto, revelou-se que quase a metade dos agricultores que utilizavam o crédito rural

tiveram que complementar os seus gastos produtivos recorrendo ao autofinanciamento. Isso nos remete ao padrão nacional de comportamento dos agricultores - conforme descreveram Buainaim e Rezende (1995) - que tiveram que recorrer ao autofinanciamento para cobrir a parte dos custos com a agricultura, uma vez que o capital advindo do crédito rural não era suficiente para cobrir o montante dos gastos produtivos. De acordo com os dados obtidos junto ao Sindicato Rural (tabela 10, p. 72), houve uma queda na concessão de crédito rural para o município de São Roque. Como observamos, o crédito concedido caiu de R$ 5.576.923,00 em 1980, para R$ 2.325.100,00 em 1990. Dessa forma podemos concluir que o agricultor do município de São Roque recorreu ao autofinanciamento para compensar essa queda no crédito rural, uma vez que a produção agrícola municipal manteve um crescimento constante durante a década de oitenta, como pudemos observar pelas respostas dadas pelos onze agricultores entrevistados.

O que pudemos observar também, que se trata de uma denúncia grave, foi a presença de intermediários que facilitavam o acesso às negociações bancárias no sentido de viabilizar o acesso ao crédito rural, mas que cobravam para realizar tal tarefa. Talvez esse seja, dentre outros, um motivo responsável pela diminuição da oferta de crédito rural no município de São Roque, uma vez que tais agentes atuavam como uma verdadeira máfia, coagindo os agricultores a pagarem para obter acesso a uma fonte de crédito, que pela lei, deveria ser de acesso irrestrito para todos os agricultores.

A produção agrícola do município de São Roque, como no restante do estado de São Paulo, apresentou uma tendência de crescimento apesar do novo padrão de financiamento agrícola imposto nos anos oitenta. Isto pode ser explicado, primeiramente, pelo fato dos produtores locais terem compensado a queda das linhas de crédito com a utilização do capital próprio. Além disso, o

agricultor local investiu seu capital na adoção de novas tecnologias (podendo contar com o apoio do Sindicato Rural e a assessoria da Estação Experimental Agrícola) e na diversificação de sua cultura, que acabou por encontrar produtos mais rentáveis que os anteriormente cultivados. Um caso típico de mudança de cultura bem sucedida foi o dos agricultores que iniciaram o cultivo da Alcachofra, que além de apresentar uma boa rentabilidade, permitiu ainda a inserção dos agricultores no mercado de insumos farmacêuticos, uma vez que a folha do alcachofra é utilizada pelo referido setor. Outra técnica adotada com sucesso foi a hidroponia, que permitiu um aumento da produção, além de uma redução de custos com adubos e defensivos agrícolas.

Outra conclusão que pudemos tirar das respostas coletadas, foi a chegada da especulação imobiliária ao campo, o que ocasionou a redução das propriedades destinadas à agricultura no município de São Roque, que foram transformadas em chácaras de lazer ou em hotéis e pousadas. Isso foi uma tendência no estado de São Paulo durante os anos oitenta, uma vez que ocorreu um fenômeno de valorização da terra.

Apêndice 1: A Agricultura Brasileira no Contexto Atual

A realidade do setor agrícola brasileiro, atualmente, é de crise. As políticas agrícolas a serem adotadas pelo Governo brasileiro devem necessariamente, passar por uma busca da resolução dos problemas do Crédito Rural. Cada segmento de produtores rurais deve ser examinado separadamente, com encargos financeiros compatíveis com a realidade de cada um deles. Junto disso, é necessário o estabelecimento de metas visando a captação de recursos privados, internos e externos, para a aplicação na agricultura.

O pequeno produtor se encontra à margem dessas novas fontes de financiamento do setor agrícola, uma vez que os recursos captados junto ao mercado estão sendo utilizados, basicamente, pelos agricultores envolvidos com a agricultura comercial, uma vez que têm condições de suportar os custos dos elevados encargos financeiros. Um exemplo disso são os títulos comercializados no mercado e futuro, que exigem uma elevada quantidade de produto envolvida, sendo incompatível com os pequenos produtores rurais.

Uma das saídas seria a atuação do Governo, através da rede oficial de crédito, no sentido de criar programas de incentivos aos pequenos produtores rurais, visando ao aumento da produtividade agrícola, ou até mesmo a criação de programas de incentivo a adoção do trabalho em método de cooperativas por parte do pequeno produtor, o que permitiria um aumento do volume de produtos negociados e a capacidade de suportar os encargos financeiros dos mercados de capitais e do sistema financeiro.

Apêndice 2: O Futuro das Políticas Agrícolas

Nos anos noventa, a economia mundial passa por uma fase de internacionalização do capital e a agricultura não ficou de fora desse movimento. Em 1994 tivemos a conclusão da Rodada do Uruguai, do então GATT, hoje OMC. Isso levou a um acordo agrícola e lançou as bases de um acordo sanitário e fitosanitário. Mas, o que talvez tenha afetado de forma mais acentuada o setor agrícola tenha sido o combate ao protecionismo, o estabelecimento de patamares de subsídios internos e os subsídios à exportação, que agora são regidos por regras estabelecidas.

Neste novo contexto, os países tentam colocar seus produtos primários na chamada "categoria verde"[5]. Dessa forma as políticas agrícolas vão além das formas tradicionais de apoio e proteção ao setor primário, levando também em conta, o meio-ambiente e o desenvolvimento rural. As políticas agrícolas tradicionais, concentradas na produção, têm um impacto cada vez menor sobre as economias rurais. O desenvolvimento rural parte muito mais do princípio da adoção de práticas eficazes e viáveis no longo prazo, adotando o conceito moderno de *agrobusiness* e não se resumindo apenas às propriedades rurais, uma vez que a orientação das políticas agrícolas não têm mais como objetivo essencial a sustentação da renda agrícola.

Na medida em que os subsídios se reduzem, a renda média recebida pelo setor agropecuário está muito mais dependente do mercado, o que torna o setor muito mais sujeito às flutuações de preços e da renda e, tendo por conseqüência, um aumento nas probabilidades de risco na atividade.. Dessa forma torna-se fundamental a necessidade de se desenvolver instrumentos de gestão de riscos. Além disso, os esforços devem concentrar-se na adaptação das políticas ao fato

[5] Categoria que reagrupa produtos que provocam um mínimo de distorções da produção ou do comércio.

de que a viabilidade das zonas rurais não dependem mais unicamente da agricultura.

O consumidor está muito mais exigente no que tange à qualidade e a sanidade dos produtos agrícolas, além da crescente atenção às condições de produção dos alimentos (como pode ser observado a polêmica causada em torno dos grãos alterados geneticamente que vem ocorrendo em países da Europa e América do Norte). Tudo isso interfere decisivamente nas condições de preço e de comercialização dos produtos agrícolas. Vale dizer também, da necessidade de avaliação do impacto das políticas agrícolas sobre as reservas naturais do mundo, fato que vem ganhando força desde a década de oitenta e atingiu seu ápice na atualidade.

Dentro deste contexto acima descrito, será lançada em 1999, a Rodada do Milênio, sob a coordenação da OMC. O setor primário terá destaque nas negociações e as previsões levam a crer que novas reduções de subsídios ao setor agrícola (já tomadas na Rodada do Uruguai) serão impostas, buscando integrar o setor agrícola ao sistema de comércio multilateral. Outro fator que será colocado em discussão será a relação multifuncional da agricultura, ou seja, além da produção visando abastecer o mundo, o incentivo às praticas que favoreçam a um aumento na qualidade do meio ambiente, respeitando a ecologia, a criação de espaços de lazer, a prosperidade das economias rurais e, sobretudo, a manutenção das populações rurais nas zonas rurais, evitando o êxodo rural, a favelização destas pessoas nas cidades e a desertificação das regiões produtivas em muitos casos.

O maior desfio será integrar a abertura dos mercados agropecuários com a prática da multifuncionalidade do setor primário. Para tanto, é necessária uma estruturação dos mecanismos internacionais de controle de práticas comerciais,

possibilitando um tempo hábil para que os países possam se adaptar a essas novas condições de mercado, evitando dessa forma, litígios comerciais passíveis de retaliações entre os países

Portanto, este é o futuro da agropecuária mundial, o que exigirá muito trabalho por parte dos agentes desse setor. Somente os países que se adaptarem em tempo a essas novas regras não serão surpreendidos e não ficarão à margem de um processo de natureza excludente. O Brasil em particular, se não quiser continuar na contra - mão da história, deverá esboçar uma reação rápida e buscar compreender os fatos visando uma inserção maior no processo evolutivo mundial, do qual não há escapatória plausível.

Anexo 1: O estudo do caso do município de São Roque frente a queda de subsídios para o crédito Rural ocorrido durante os anos oitenta

O questionário a seguir será aplicado em onze produtores agrícolas do município de São Roque (amostra de 2%) visando atingir o objetivo da monografia que é o de descobrir, se e, como a produção local manteve o mesmo ritmo de crescimento médio da produção nacional, que se manteve num patamar relativamente elevado, apesar da gradativa queda na subvenção do crédito rural ocorrida durante os anos oitenta. Ainda, o questionário procurará descobrir qual foi o caminho alternativo usado pelos agricultores para superar a queda dos financiamentos do crédito rural.

1. Quais foram as fontes de recursos utilizadas pelo senhor para obtenção de capital visando o investimento produtivo?

2. No caso de ter utilizado o crédito rural (apesar da diminuição das subvenções), o senhor sentiu dificuldades para conseguir pagá-lo com os ganhos na produção agrícola?

3. No caso de resposta negativa, qual a opinião que o senhor tem sobre a redução do crédito rural ? O senhor concorda que o governo apenas diminuiu sua atitude paternalista em relação ao agricultor nacional ou pensa que essa queda na subvenção comprometeu o agricultor brasileiro?

4. Como se comportou a sua produção durante os anos 80, teve queda, estagnação ou crescimento? Qual o principal motivo?

5. O senhor obtinha rentabilidade na produção que permitisse a realização de investimentos bancários com esse excedente? No caso de resposta afirmativa, qual o direcionamento que o senhor dava para os ganhos obtidos com as aplicações financeiras, além do consumo? Deixava aplicado ou o utilizava como capital produtivo (aplicava na sua produção)?

6. O senhor pensa que o autofinanciamento (com os recursos obtidos no mercado financeiro) tenha sido o fator que compensou a queda das linhas de crédito voltadas para a agricultura durante os anos oitenta?

Para responder esse questionário, foi escolhida uma amostra significativa de 2%, dos 560 produtores agrícolas do município, o que dá o total de onze entrevistados.

Desses onze entrevistados, quatro fazem parte dos que plantam em até vinte hectares, quatro plantam em áreas de vinte até duzentos hectares, e três plantam em áreas de duzentos a mil hectares. Dessa forma, podemos supor que a amostra colhida não será viesada, uma vez que foram feitas em três segmentos diferentes de agricultores, conforme a área de plantio.

Tabela 9: Distribuição das propriedades agrícolas do município de São Roque

Área (Ha.)	Propriedades	Área Total
0-20 Ha.	437	3955
20-200 Ha	113	2932
200-1000 Ha	10	4500

Fonte: Casa da Agricultura do Município de São Roque

O agricultor número um respondeu ao questionário da seguinte forma:

1. Até o início dos anos oitenta, eu utilizei o crédito rural quase que para todos os meus gastos com o plantio. Mas daí em diante, se tornou muito complicado conseguir o crédito rural, uma vez que os bancos passaram a colocar uma série de barreiras, que eram, principalmente, as garantias de pagamento, que um pequeno agricultor como eu dificilmente poderia dar. Assim, eu tive que começar a me virar para conseguir dinheiro para continuar plantando. Uma parte eu ainda conseguia do crédito rural, mas a maior parte eu consegui vendendo uma parte da minha propriedade e tirando dinheiro da poupança que eu tinha.

2. Como eu diminuí muito a utilização do crédito rural, o ganho que tive com a plantação era suficiente para pagar o banco.

3. Não respondeu.

4. Apesar de tudo, eu aumentei minha produção, principalmente porque eu iniciei a atividade de hidroponia (meu filho fez curso desse tipo de plantação), o que permitiu um aumento e melhora na qualidade da minha produção.

5. Sempre eu tinha um pequeno lucro que eu usava, uma parte para os gastos em casa, outra para investir na plantação e o que sobrava eu colocava no banco.

6. Junto com a hidroponia, o que eu ganhava nas aplicações permitiram que eu continuasse vivendo do que eu plantava.

O agricultor número dois respondeu ao questionário da seguinte forma:

1. Com o ganho na plantação, uma parte eu reinvestia e o que sobrava eu punha na poupança para usar quando precisasse.

2. Não respondeu

3. Não respondeu

4. Minha produção cresceu um pouco, porque eu comprei um trator e aumentei a área plantada.

5. Como eu já falei, o que sobrava eu colocava na poupança para usar na época que precisasse.

6. Como eu nunca usei o crédito rural, eu não posso responder isso.

O agricultor número três respondeu ao questionário da seguinte forma:

1. Eu usei numa parte o crédito rural e outra eu consegui diminuindo minha área cultivada e fazendo um haras com os mangalargas que eu já tinha. Os cavalos foram muito mais lucrativos do que a plantação.

2. Se fosse depender só dos ganhos com a plantação dificilmente eu conseguiria me manter e pagar o crédito rural.

2. Não respondeu.

3. Minha plantação diminuiu porque eu diminui minha área plantada.

6. Juntando o que eu ganhei com o haras sim. Eu comprei mais terras, passei a plantar eucaliptos numa parte e ainda deixava o dinheiro aplicado no banco.

6. No meu caso, o que compensou o encarecimento do crédito rural foi as outras atividades que eu desenvolvi nas minhas terras.

O agricultor número quatro respondeu ao questionário da seguinte forma:

1. Eu usava o crédito rural e o dinheiro que tinha no banco.

2. Apesar do aumento dos juros, o crédito rural ainda era o jeito mais barato de conseguir o dinheiro. O maior problema foi que ficou mais difícil conseguir o dinheiro porque os bancos começaram a pedir várias garantias. Mas o pior de tudo era que precisávamos da ação de intermediários para conseguir acesso ao Crédito Rural, sendo que esses intermediários sempre ficavam com uma parte do dinheiro obtido.

3. Acho que a agricultura tem que ter subvenção, porque se faltar comida, o país tem que importar, o que fica mais caro.

4. Minha produção cresceu e inclusive eu aumentei minha plantação na área que antes era pasto. Eu acho que o principal motivo foi eu ter melhorado o sistema de irrigação e ter usado a adubação natural (agrônomos da Casa da Agricultura difundiram esse método no município).

5. Sim. Uma parte dava para deixar aplicada e outra eu usava nos anos que eu não conseguia obter todo o dinheiro que precisasse para a plantação.

6. Sem duvida ajudou muito, junto com a introdução dos métodos que eu falei na outra resposta.

O agricultor número cinco respondeu ao questionário da seguinte forma:

1. Durante os anos oitenta eu mudei toda a minha produção, que antes era quase que exclusivamente de milho e batata, passando a cultivar o alcachofra e, na entressafra, verduras (alface e repolho). Mas eu continuei utilizando o crédito rural.

2. Como a atividade que eu comecei a realizar se mostrou mais lucrativa, o pagamento do crédito rural não foi um problema para mim.

2. Eu concordo que o crédito rural deveria continuar recebendo subvenção, porque a agricultura é uma atividade muito importante para o Brasil. Mas acho que a modernização da agricultura pode superar essa queda de incentivo do governo, como foi o meu caso.

4. Uma vez que eu escolhi mudar de cultura, o primeiro ano foi meio complicado, até que eu peguei experiência e tive um aumento da produção, inclusive plantando verduras na entressafra do alcachofra, o que foi muito lucrativo.

5. Sim, grande parte dos ganhos que tive foram para a poupança e outros investimentos bancários. O que eu ganhava com os investimentos bancários foram usados na modernização da minhas produção (comprei mais um trator, melhorei o adubamento, contratei o serviço de um agrônomo). Mas uma das melhores coisas foi a venda das folhas de alcachofra para a indústria farmacêutica, que pagava muito bem por uma coisa que, antes, não tinha uso nenhum.

6. Eu continuei a usar o crédito rural, mas não posso dizer que ele continuou abundante como nos anos setenta. Então, a saída foi usar os ganhos do investimento bancário para completar o que eu não conseguia obter do crédito rural.

O agricultor número seis respondeu ao questionário da seguinte forma:

1. O dinheiro que eu tinha aplicado no banco, porque eu não consegui mais o crédito rural. A burocracia aumentou e só conseguíamos acesso ao banco através de intermediários. Como eu não concordava em deixar parte do dinheiro com essas pessoas (a palavra usada foi mais agressiva) eu não utilizei o Crédito Rural).

2. Não respondeu.

3. Não respondeu.

4. Minha produção se voltou mais para o extrativismo vegetal porque eu comecei a plantar eucalipto, que foi bem mais lucrativo do que a batata que eu plantava antes.

5. Quando eu descobri o eucalipto, comecei a ganhar um bom dinheiro, que na maior parte eu deixei no banco rendendo, para usar no plantio quando precisasse.

6. Para mim foi o que aconteceu.

O agricultor número sete respondeu ao questionário da seguinte forma:

1. O crédito rural.

2. Antes, até o começo dos anos oitenta eu conseguia me manter só com a agricultura, conseguia pagar o crédito rural e ainda tinha dinheiro para a minha família levar uma vida tranqüila. Com a queda na subvenção do crédito rural eu passei a ter dificuldades para continuar pagando o banco e manter minha família. A solução que eu encontrei foi vender um pedaço da minha terra e diminuir minha plantação.

3. Não respondeu.

4. Teve queda. Eu culpo o encarecimento do crédito rural.

5. Quase nada.

6. Não respondeu.

O agricultor número oito respondeu ao questionário da seguinte forma:

1. Arrendei uma parte das minhas terras e continuei plantando na que ficou comigo. Eu usei o dinheiro do arrendamento e o crédito rural para continuar plantando.

2. Para mim não mudou muito.

3. Eu acho que a agricultura tem que receber todo o apoio do governo.

4. Apesar de reduzir minha área de plantio, eu iniciei a produção de alcachofra que foi muito bom e lucrativo.

5. Sim. Uma parte ficava aplicada e outra complementava o crédito rural.

6. No meu caso não.

O agricultor número nove respondeu ao questionário da seguinte forma:

1. A maior parte veio do crédito rural (fazendo menção ao intermediário que atuava nas negociações junto ao banco).

2. Com a melhora nas técnicas de plantio que obtive com a introdução da hidroponia, o rendimento aumentou e consegui pagar o crédito rural.

3. Não respondeu.

4. Minha produção apresentou melhoria na qualidade e quantidade. Creio que a introdução da hidroponia foi a causa principal.

5. Sim. Uma parte ficava aplicada e outra ia para melhorias das técnicas de plantio.

6. No meu caso não, mas muitos agricultores comentam isso comigo.

O agricultor número dez respondeu ao questionário da seguinte forma:

1. O dinheiro que eu mantinha aplicado no banco, além de outras fontes de renda que possuo (esse agricultor mantém uma atividade pecuária na sua propriedade).

2. Não respondeu.

3. Não respondeu.

4. Crescimento. O principal motivo foi a diversificação de culturas que realizei, fazendo uma maior rotatividade do solo, inclusive das áreas que servem de pasto.

5. Sim. Utilizava uma parte para a produção e outra deixava aplicada.

6. No meu caso, eu preferi deixar o crédito rural de lado porque estava complicado conseguir as garantias que o banco pedia para emprestar.

O agricultor número onze respondeu ao questionário da seguinte forma:

1. Crédito rural.

2. Antes era melhor porque os juros eram mais baixos, mas eu não fiquei devendo para nenhum banco com o aumento das taxas de juros.

3. Eu acho que o crédito rural deveria ser mais fácil para obter, porque o banco pede uma série de garantias que são complicadas para os pequenos produtores. O principal problema nem foi o aumento da taxa de juros, mas o acesso ao crédito que se tornou mais difícil. Agora, o agricultor brasileiro deveria receber mais privilégios, para evitar o que vem acontecendo em muitos lugares, que é a venda de terras produtivas para a formação de sítios e chácaras para fins-de-semana.

4. Minha produção se manteve igual a antes da queda dos subsídios.

5. Algum dinheiro sempre sobrava e eu aplicava no banco. Uma parte servia para comprar algumas coisas para a plantação e outra ficava para uma necessidade no futuro.

6. No meu caso nem tanto, mas o muitos companheiros meus tiveram que fazer desse jeito.

Anexo 2.

A entrevista a seguir foi realizada com o Presidente do Sindicato Rural de São Roque, o Engenheiro Agrônomo Paulo Sabattini.

1. Qual a atuação do Sindicato Rural no Município de São Roque ?

O Sindicato tem vários campos de atuação, dentre os quais podemos destacar a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, onde atuamos no sentido de realizar negociações salariais e também procuramos coibir a presença de trabalho infantil. Outra área de atuação que desenvolvemos é a de divulgação das técnicas plantio através de um encaminhamento dos agricultores à Estação Experimental de Agricultura, para que eles possam absorver esses novos métodos. Além do que já dissemos, o sindicato também atua junto aos agentes financeiros (particularmente junto à Caixa Econômica Federal, à Nossa Caixa e o Banco do Brasil) no sentido de que os agricultores tenham um acesso ao Crédito.

2. O senhor que vem acompanhando desde os anos setenta a agricultura do município de São Roque, poderia fazer um apanhado geral da evolução do padrão de financiamento da agricultura são-roquense durante os anos oitenta ?

Bem, os anos setenta podem ser considerados como os anos dourados da agricultura. O crédito rural era de fácil obtenção, com taxas subsidiadas, além de não haver a necessidade do agricultor Ter que procurar um intermediário para atuar junto ao banco no sentido de conseguir o empréstimo. Já os anos oitenta foram marcados por uma retração da oferta do crédito rural, principalmente da Segunda metade em diante, dessa forma, o agricultor acostumado com as linhas de crédito especiais a ele concedida teve que se adaptar ao novo tempo de

crédito escasso e com diversas exigências por parte dos bancos para a concessão do crédito rural.

3. Qual a saída encontrada pelos agricultores para fazer com que a produção local mantivesse um crescimento apesar das dificuldades na obtenção de crédito rural?

Os produtores locais, em grande parte, passaram a utilizar o capital próprio para dar continuidade às suas culturas, além de terem contado com o apoio do Sindicato Rural e da Estação Experimental Agrícola no sentido de adotarem novas técnicas de plantio, que se revelaram muito mais eficientes que as anteriormente adotadas. Outro fator decisivo para esse aumento da produção foi a diversificação de culturas por parte dos agricultores, que encontraram na alcachofra e nas hortaliças uma ótima rentabilidade e produtividade.

4. O Sindicato Rural possui em seus arquivos o montante de crédito rural ao qual os agricultores municipais tiveram acesso ? Eu gostaria que o senhor fizesse também um comentário sobre a participação de intermediários junto às fontes de crédito rural que, pela opinião dos agricultores, tornavam a situação ainda mais difícil ?

Primeiramente, quanto a participação desses intermediários, eu confirmo que eles existiam, mas gostaria de deixar bem claro que o Sindicato Rural sempre repudiou essas pessoas e sua atitude e procurou, na medida do possível, encaminhar os agricultores diretamente para as fontes de crédito rural. Porém, isso não dependia somente do sindicato, mas também de outros setores, o que permitiu que esses mafiosos continuassem a agir.

Quanto ao montante de crédito rural concedido, o Sindicato Rural possui alguns dados em seus arquivos (como podemos observar na tabela seguinte).

Tabela 10 - Utilização do Crédito Rural no município de São Roque (R$ mil)

Ano	Valor	Banco do Brasil
1980	5.576,923	90%
1985	4.328,571	84%
1990	2.325,100	80%

Fonte: Sindicato Rural do Município de São Roque
* Os valores estão em Reais (IGP - Junho de 1999)

Anexo 3.

A entrevista a seguir foi realizada com o Sr. Maximiliano Mazuco, Gerente do Banco do Brasil do município de São Roque durante grande parte dos anos oitenta.

1. Qual a atuação do Banco do Brasil no município de São Roque, no período em que o senhor foi o Gerente, no que diz respeito a concessão de crédito aos agricultores ?

O Banco do Brasil de São Roque, como no país inteiro, foi o principal agente financiador da agricultura durante a década de oitenta, assim como tinha sido em períodos anteriores. No município de São Roque quase 90% do montante de crédito concedido aos agricultores vinha do Banco do Brasil. O restante era o Banespa e a Caixa Econômica Federal quem concedia.

2. O Senhor pode descrever as transformações ocorridas durante a década de oitenta no que tange aos subsídios ao crédito rural ?

Como a economia em um todo passou por uma séria crise de financiamento durante a década, a agricultura não saiu ilesa dessa crise. Se antes havia uma série de incentivos na forma de subsídios para a agricultura, com as novas políticas econômicas recessivas isso tudo mudou. As taxas de juros foram se elevando gradualmente até chegar mais ou menos na metade da década, onde pela primeira vez desde que eu comecei a trabalhar no banco, as taxas de juros deixaram de ser subsidiadas.

3. Qual a reação por parte dos agricultores que o senhor observar a partir do fim dos subsídios ?

Os agricultores começaram a evitar a utilização do Crédito Rural com receio de que o excedente obtido com a safra não fosse suficiente para arcar com essa despesa adicional. Eu pude observar também, que o agricultor que continuou a se utilizar do crédito rural eram os que possuíam as maiores propriedades e, portanto os que possuíam as garantias que passaram a ser exigidas pelo banco no decorrer das mudanças ocorridas. Dessa forma, o crédito rural acabou privilegiando os maiores agricultores e não os menores como era de se esperar.

4. O senhor possui alguma informação que permita concluir que o agricultor passou a se utilizar de capital próprio para investir na lavoura ?

Com certeza foi isso que ocorreu, pois mesmo com a queda de utilização do crédito rural, continuamos a apresentar um crescimento da produção agrícola.

Os agricultores passaram a ser grandes consumidores dos produtos bancários, principalmente das aplicações financeiras que estavam bastante rentáveis naquele período. Isso deixa bem claro que o agricultor passou a se utilizar da remuneração do capital que estava aplicado no banco para investir na sua produção.

5. Qual sua impressão a respeito da queda de subsídio à agricultura ?

Este é um assunto que sempre gera polêmicas. Se considerarmos um agricultor como qualquer outro empresário fica claro que ele está tomando proveito de uma atitude paternalista do governo. Porém, se considerarmos a agricultura como um setor estratégico da economia brasileira, que sempre foi um dos principais responsáveis pelos superávits comerciais que a economia brasileira apresentou e ainda, que se trata de um setor da economia que está

Referências Bibliográficas

Anuário Estatístico do Estado de São Paulo (1980 a 1989)

Buainain, Antônio Marcio e Rezende, Gervásio de Castro. Ajuste, Inflação e Agricultura no Brasil: A Experiência dos Anos 80. In: Ramos, Pedro e Reydon, Bastiaan. P. Agropecuária e Agroindústria no Brasil. Campinas, ABRA, 1995.

Brum, Argemiro Luís. Caderno Rural do "Estado de São Paulo", Edição de 07 de Março de 1999.

Caffagni, Luiz C. Financiamentos formais, alternativos e Potenciais para a Agropecuária. *In*: 5º Curso de Comercialização de Commodities Agropecuárias. Piracicaba: ESALQ - USP, 1995. P. 23 - 47.

Carvalho, David Ferreira. O Padrão de Financiamento Rural e a Regulação da Modernização da Agricultura Brasileira nos Anos 80 (Expansão, Auge e Declínio da Política de Crédito Rural no Brasil). Campinas, IE/UNICAMP, 1994 (Tese de Doutorado)

Censo Agropecuário do Brasil (1980 e 1985), IBGE.

Massuquetti, Angélica. O Novo Padrão de Financiamento da Agricultura Brasileira. (1989)

Santos, André Oswaldo. A Relação Entre o Crédito Rural e a Produção Agrícola do Estado de São Paulo na Década de 80. Campinas , IE/UNICAMP, 1995 (Monografia).

Sayad, João. Crédito Rural no Brasil: Avaliação das Críticas e Propostas de Reforma, S.P., Pioneira, 1984.